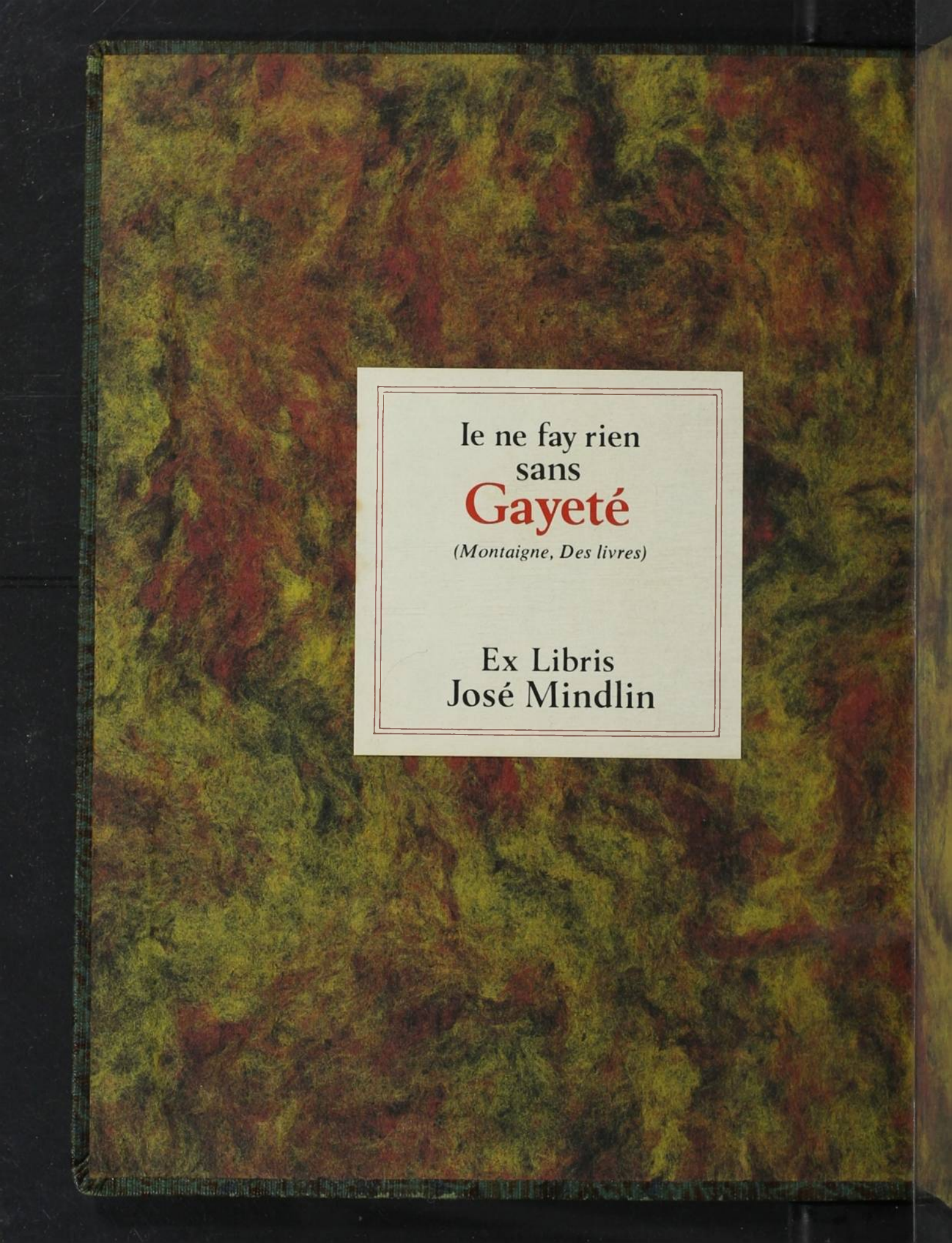
DR. PEDRO A. PINTO

D. PEDRO II E A ABOLIÇÃO


Ie ne fay rien
sans
Gayeté
(Montaigne, Des livres)
Ex Libris
José Mindlin

Dr. PEDRO A. PINTO
Professôr catedratico na Faculdade de Medicina do Rio

D. PEDRO II E A ABOLIÇÃO

"... o throno atrazou, quanto lhe coube nas forças, o advento da redempção ..."

Ruy Barbosa.

RIO DE JANEIRO
Typ. Revista dos Tribunaes — Carmo, 55
1921

Ao seu prezado colega

João Marinho de

Azevêdo

Afectiosamente of.

P. A. Pinto

1921

D. PEDRO II E A ABOLIÇÃO

Dr. PEDRO A. PINTO
Professôr catedratico na Faculdade de Medicina do Rio

D. Pedro II e a Abolição

"... o throno atrazou, quanto lhe coube nas forças, o advento da redempção ..."

Ruy Barbosa.

RIO DE JANEIRO
Typ. Revista dos Tribunaes — Carmo, 55
1921

D. PEDRO II E A ABOLIÇÃO

I

Num discurso, pronunciado na Faculdade de Medicina, tive ocasião de dizêr que não acreditava no abolicionismo do Sr. D. Pedro II, e que não via, lendo a historia do Brasil, a noticia de actos que demonstrassem ter o imperadôr auxiliado os que, com ardôr ou sem ele, apostolizaram a redenção dos cativos.

Asseverei que as manifestações abolicionistas do Sr. D. Pedro, não passaram de meras frases, elaboradas com o intuito de iludir a Europa e que surgiram depois de julho de 1866, quando aqui chegou a mensagem da Junta Emancipadôra Francesa.

Neste ponto, fui contestado, de modo veemente, por um colega, o qual me citou factos e datas que, no momento, abalaram as minhas ideas, a proposito do assunto.

Saí da sessão mais ou menos convencido de que andava errado quando supunha ter sido o monarca indiferente á sorte dos escravos.

Proclamou o meu contraditor que fôra o Sr. D. Pedro II quem levara Pimenta Bueno a organizar os seus cinco projectos abolicionistas. Assim sendo, não procedia eu com justiça quando afirmava que o abolicionismo im-

perial não era sincero, nem espontaneo e sim despertado pela mensagem francesa, firmada por Guizot, Montalambert...

O senadôr Pimenta Bueno, visconde e depois marquês de S. Vicente, era, de facto, amigo muito chegado de D. Pedro II, pelo que, não me pareceu absurdo tivesse dele recebido a incumbencia de estudar o assunto, com luzes subministradas pelo proprio monarca.

Apesar de serem alguns dos projectos menos liberaes que outros então discutidos, como os de Silveira da Motta (64), de Jequitinhonha, (65) e de alguns mais antigos, como o dos Ferreira França, pae e filho, apresentado em 1831, demonstravam o intuito de extinguir a escravatura e, si neles havia colaboração do imperadôr, ficava patente, que este, uma vez pelo menos, havia cogitado no assunto, e seria grosseira injustiça continuar eu a tel-o como escravocrata e a repetir que o seu abolicionismo era «monomania de iludir a Europa», modo de dizêr que colhi nas obras de um dos apostolos da grande missão.

Eduquei-me na escola de Robertson, onde se ensina a quem fala ou escreve a proposito de historia, que o faça como testemunha que depõe sob juramento e senti-me obrigado a retratar-me e dizêr em publico que havia errado quando asseverei que nada existia, além de frases feitas, que evidenciasse algum interesse tomado por D. Pedro II, no destino dos infelizes escravos.

Iniciei a redação de um escrito, que tencionava publicar, e, para acentuar a tendencia liberal dos planos de S. Vicente, atribuidos ao imperadôr, fui lê-los.

Tive a surpresa de verificar que o professôr da nossa Escola de Medicina se havia iludido e me enganado quando afirmou que os projectos eram do imperadôr e esteados em leis portuguesas e em projectos anteriores como os de Silveira da Motta, Jequetinhonha, etc..

A leitura do trabalho que Pimenta Bueno, em 23 de janeiro de 1866, entregou ao imperadôr, mostra que este não o havia inspirado, nem tivera prévia noticia dos estudos, feitos em rigorôso sigilo. Do referido trabalho copio este trecho:

> «Na falta de outros trabalhos, e mais competentes, que não me constam que estejam modelando, servirá o systema constante dos projectos juntos, de uma primeira base, para o estudo e invenção de melhores ideas. A materia é tão grave que eu não teria animo de tomar a iniciativa, como senadôr, sem subordina-la préviamente, á sabedoria de V. Magestade Imperial; temeria, com razão, contrariar as vistas do governo, crear novas difficuldades».

Mostra o pedaço copiado que não foi do Imperadôr a iniciativa. Christiano Ottoni escreveu, no Parecer lido na Camara aos 15 de julho de 1871:

«Havia tido a idéa o Snr. Visconde de S. Vicente, que reservadamente offerecera seus projectos á consideração Imperial, em data de 23-1-66.

Nenhum seguimento teve esta iniciativa, parece que nem o ministerio d'então, entrou na confidencia, não se pediu conselho, a falla do throno desse anno

nada disse ao parlamento. Era lembrança de um brasileiro; não foi tomada em consideração...

Em Agosto seguinte, porém, chega ás imperiaes mãos uma carta da Junta Francesa de emancipação, com assignatura de Broglie, Guizot, Laboulaye, MontAlembert, etc.; que horizonte de gloria para o monarcha, que resolvesse o delicado problema! que aureola de ovações, de louvores, de consideração! Logo, sem estudo algum, sem ao menos ouvir sobre a proposta do Sr. S. Vicente, o Conselho d'estado, que só foi convocado em 1867, uma carta official, em nome de Sua Magestatade Imperial, escripta poucos dias depois de recebida a dos sabios franceses, prometteu-lhes que *apenas melhoradas as penosas circunstancias de então (a guerra do Paraguay), o Governo Imperial consideraria como objecto de importancia a emancipação dos escravos, que não passa de questão de fórma e de opportunidade*». (A Emancipação dos Escravos. Parecer — 1871. Pags. 21).

O Conselho de Estado só teve noticia dos projectos de S. Vicente, 13 mêses depois de apresentados e não foi convocado para discuti-los. Em nota confidencial, expedida por Zacarias, aos membros do conselho, em 2-2-67, formulam-se os seguintes quesitos:

«1º) Convem abolir directamente a escravatura? No caso de affirmativa:

2º) Quando deve ter logar a abolição?

3º) Como, com que cautelas e providencias cumpre realisar essa medida?».

Foi a confidencial acompanhada de um impressso que continha os projectos de S. Vicente.

Nas sessões que se realizaram em abril discutiu-se o assunto, mas não foram discutidos, propriamente, os projectos de S. Vicente, como póde ver-se das actas e pareceres, publicados em 1868e 1870.

Si não houvesse a declaração de S. Vicente para provar que era exclusivamente sua a autoria dos projectos, a falta de atenção, com que foram tratados, demonstra nenhuma colaboração Imperial.

Christiano Ottoni, homem de exagerada bôa fé, creu que a mensagem de Guizot houvesse convertido o Imperadôr ao credo abolicionista.

Eu, hoje, porém, revendo o assunto e apoiando-me no testemunho de evangelizadôres da abolição, como Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, José do Patrocinio, continuo a pensar que o Sr. Pedro II colocou os interesses da dinastia acima dos interesses da humanidade e que si dele dependesse, não se teria extinto a escravidão. Seu abolicionismo, foi, a meu vêr, teorico, puramente verbal, e não seguido de acção.

Para quem, como eu, não duvida que a campanha da abolição foi a obra verdadeiramente gloriosa de nossa patria, gratissimo seria poder afirmar, alto e de bom som, que até o chefe do estado por ela se entusiasmou e foi empolgado. Infelizmente, porém, quer-me paracêr, seria afirmação sem esteio nos factos e por isso insubsistente.

Não é crivel que homens que consagraram a vida á causa da abolição, não conhecessem o seu historico ou

tivessem a falta de honestidade capaz de negar o titulo de abolicionista ao Imperadôr, si este o tivesse merecido.

Vão aqui palavras de Joaquim Nabuco:

«Quem escreve estas linhas não é inimigo partidario nem desaffecto pessoal do Imperadôr, muito pelo contrario, e, assim como sempre falla respeitosamente ao chefe do Estado, deseja poder occupar-se da politica do paiz sem envolver a alta personalidade que a Constituição neutralizou, tornando-a irresponsavel. Mas seria evidente hipocrisia commentar os grandes factos, a architectura do reinado, sem considerar a acção do Imperador, que se não é tudo em nossa politica, é quasi tudo. O presente opusculo é pequeno demais para conter o desenvolvimento da seguinte idea, mas do que eu accuso o Imperador quando me refiro ao governo pessoal, não é de exercer o governo pessoal, é de não servir-se delle para grandes fins nacionaes. A accusação que eu faço a este despota constitucional, é de não ser elle um despota civilizador; é de não ter resolução ou vontade de romper as ficções de um Parlamentarismo fraudulento, como *elle sabe* que é o nosso, para procurar o povo nas suas senzalas ou nos seus mocambos, e visitar a nação no seu leito de paralytica». (Oerro do Imperador. Pag. 13. 1886).

«A historia ha de difficilmente conciliar a intelligencia esclarecida, a sciencia do homem com a indifferença moral do Chefe do Estado pela condicção dos escravos no seu paiz». (Ib. Pag. 14).

...o indifferentismo do Imperador pela escravidão não podia ser maior. Elle habituou-se a ella; perdeu de de vista o ideal de uma nação livre». (Ib. Pag. 14).

«Esse problema, que é de dignidade para a nação mas de vergonha para o throno — essa tarefa divina e humana, que os dois grandes Libertadores, o do Absolutismo e o da Republica, Alexandre e Lincoln, resolveram em 24 horas, o Imperador do Brazil não lhe deu um minuto de suas preoccupações, não correu por ella o menor risco e passou 45 annos sem pronunciar siquer do throno uma palavra em que a historia pudesse ver uma condemnação formal da escravidão pela monarchia, um sacrificio da dynastia pela liberdade, um appello do monarcha ao povo a favor dos escravos». (Ib. 15).

«O Brazil voltou a ser um mercado de escravos, em alta; os captivos perderam o começo de apoio que iam encontrando na magistratura; .....

...Pois bem, o culpado de tudo isso, é o Imperador, porque, quando era preciso caminhar resolutamente para deante, elle voltou para traz; quando o paiz anceava por ideas novas e um espirito de governo novo, elle só pensou em dar arrhas á escravidão e em reconciliar-se publicamente com ella....

Quem reflecte que o throno no Brazil descança, como todas as instituições do paiz, sobre camadas de gerações inteiras de captivos, custa a comprehender que o homem de bem que nelle se assenta não tenha ás vezes uma impressão de tristeza ou de misericordia, pensando que a nossa escravidão continuará a ser por muito tempo ainda — «sómente porque elle o quiz».

Em 1885, um acto, uma palavra do Imperador teria vencido a resistencia enfraquecida do esclavagismo, que se extenuou derribando o ministerio Dantas. Em vez desse acto ou dessa palavra S. M. fez exactamente o contrario: disssolveu a Camara, com a resolução formada de entregar o paiz á reacção escravista, sacrificando assim á desforra da escravidão a honra do seu reinado». (Pg. 18).

«Ao acto magestatico de 19 de Agosto de 1885, ao Testamento Imperial que, desherdando os escravos, fez do partido Conservador o fidei-commissario da Monarchia, ao Golpe do Estado que restituiu ao espirito escravista a posse da geração contemporanea, que se havia quasi libertado delle, eu chamo — o Erro do Imperador.

E' possivel, porém, que a historia, contemplando a somma *incalculavel* de injustiças, soffrimentos, oppressões e martyrios, que hão de assignalar á sombra da Nova Lei esta phase da recrudescencia da escravidão, e observando deante desse espectaculo enlouquecedor a tranquillidade olympica de quem preside a elle diariamente, pense que o erro politico quando envolve uma infinidade de crimes d'essa ordem é o maior de todos elles». (Ib. Pag. 19).

«Em toda a parte os abolicionistas sentem que a opinião está sendo resfriada por uma forte corrente glacial que desce do polo de S. Christovam». (Ib. O eclypse do abolicionismo. Pag. 32).

«Não se me accuse de optimismo incuravel por eu ainda me dirigir ao Imperador, pedindo-lhe que ponha

termo á barbarie do seu reinado. O poder é elle... (Ib. Pag. 40).

Vae longo este escrito, pelo que interrompo o depoimento de Joaquim Nabuco, para que se tome o de Ruy Barbosa.

«....o throno, ambicioso de colher as glorias da grande idéa, mas incapaz de assumir-lhe magnanimamente a responsabilidade, traçou protellar, indefinidamente, a reforma real!» (Ruy. Oração pronunciada em 2 de Agosto de 1874. Discursos e Conferencias. Pag. 18).

«As influencias que nos governam, compõem uma lagôa estagnada. De cima nada temos que esperar. Mas a palavra semeada pelos que lutam acabará por vencer; e, se as alturas são inaccessiveis á acção da intelligencia, da moralidade, e da justiça, o abolicionismo revolverá o povo». (Ib. Pag. 184).

«...não escasseiariam á corôa meios de servir á abolição, sem sahir da legalidade». (Ib. Pag. 185).

«Aliás a abolição se fará a despeito da corôa. O chefe de estado ha de comparecer á presença da Civilização, da Humanidade e da Historia; mas, antes que esse tribunal sentenceie, o paiz terá feito a sua justiça, e possuirá a abolição como um triumpho contra a dymnastia reinante». (Ib. Pag. 186.)

«Os abolicionistas brazileiros lutam apenas com a força persuasiva da palavra contra a escravidão. E querem suffocal-os! O imperio inteiro commove-se; os *meetings* reproduzem-se até nas capitaes mais poderosas

do escravismo, como Campinas; e o throno parece insencivel ás anciedades do paiz». (Ib. Pag. 239).

«Para que a historia não commeta contra o principe reinante a injustiça amarga irreparavel de escrever que o Brazil, nos dias do segundo imperador, foi governado pela pedantaria purpurada, por uma cruel impostura de humanidade, absorta na idéa monomaniaca de illudir a Europa, é mistér que Sua Magestade se descubra francamente, perante o mundo, como o protector da escravidão, ou que retire á escravidão o apoio do throno, á cuja sombra exclusivamente ella vive, em desafio á vontade manifesta do paiz». (Ib. Pag. 242).

«...o throno atrazou, quanto lhe coube nas forças, o advento da redempção...» (Ib. Pag. 276).

«Podemos erguer a cabeça, orgulhosos de que a abolição não foi uma carta outorgada ao paiz, mas um decreto imposto por elle, ás instituições que o captiveiro sustentava, e que principiaram a definhar extincto o captiveiro...» (Ruy. Diario de Noticias de 13 de Maio de 1889).

«...a historia reivindicará o merecimento exclusivo d'este triumpho da moral humana para a nação que o operou, lutando contra o paiz legal organizado em protecção das conveniencias que esteiavam a soberania do poder civil». (Ib.).

«Houve, entretanto, ainda uma potencia, n'este paiz, a maior de todas emquanto durou a escravidão, que não soube ver nesse protesto da raça escravisada o ultimo termo do dominio do homem algoz sobre o homem-coisa.

Foi o throno que convocou a postos o exercito, para abrir nas serranias de S. Paulo, a caçada dos captivos, foragidos no seio protector das mattas, restituindo-os á oppressão das senzalas». (Ib.).

«O consorcio do imperio com a escravidão, indignadamente denunciado pelo Sr. Joaquim Nabuco, ainda na derradeira phase da propriedade servil, nunca se dissolveu, senão quando a dymnastia sentiu roçarem-lhe o peito a baioneta da tropa, e a escravaria em massa tomou a liberdade por suas mãos nos serros livres de S. Paulo. A rehumanação da raça negra no Brazil não é um acto da munificiencia da esposa do conde d'Eu — E' pelo contrario uma conquista materialmente extorquida aos principes pela rigidez d'essa opinião batalhadora e irreductivel, que se via ameaçada nos actos mais christãos da beneficiencia abolicionista, por uma ignobil lei dos ultimos dias da realeza...» (Ib. Discurso em 7-2-92). «A epopea da redempção não ha de passar á posteridade, escripta pela nostalgia dos creados do paço, nas rhapsodias dictadas pela contricção da covardia aos pusillanimes, que inutilmente pretendem servir ao rei com a mentira, não tendo ousado servil-o em tempo com a vida. A tradição viva da verdade militante é que ha de ser o Homero d'essas glorias, tão cedo maculadas pela má fé dos interesses, e coroar a *verdadeira redemptora:* a vontade impessoal da patria...». (Ib. Discursos e Conferencias. Pag. 298).

Remato com o seguinte trecho de José do Patrocinio, publicado no mesmo dia em que o «Diario Official» estampou a lei de 28 de Setembro de 1885, lei

cara ao trôno, lei *ignobil,* no falar de Ruy, lei *monstro,* na voz do povo, *codigo negro,* no dizer de Patrocinio:

«Seremos como Jesus deante do Pretorio, e, altivos como elle, encaramos, hoje como hontem, o Imperador e os executores dos seus caprichos, para repetir-lhes que não tememos a perseguição, que proseguiremos na propaganda, como a temos feito, protestando contra todos os actos que emanem do poder, não pela força do direito, mas pelo direito da força.

Sobre a cabeça branca do Imperador, sobre os destinos de sua familia, lançamos todas as lagrimas e todo o sangue que os escravos e os propagandistas vão derramar: aquelles, surrados pelos senhores, que, no enthusiasmo da victoria, restauram pela barbaridade o prestigio e dominio enfraquecidos pelos propagandistas; estes, nos carceres, nas perturbações da sua vida domestica e sob os punhaes dos capangas.

Que essas lagrimas e esse sangue, preço do reinado do Sr. D. Pedro II, unidos á lista civil de carne humana, paga em impostos, escorram e gottegem constantemente na memoria de Sua Magestade, na fria impassibilidade com que o sangue do parricidio avermelhava a consciencia do rei Canuto, nas estrophes augustas de Victor Hugo. E como sua Magestade está velho; como não se póde occultar da morte por detraz do throno, do codigo, do cacete do agente secreta, do sabre do policia, permitta Deus — a unica esperança dos que soffrem — que na hora extrema a ultima visão de Sua Magestade seja um escravo com as cos-

tas retalhadas, as chagas escorrendo sangue apodrecido; e que, expirando, tambem o acompanhe, para servir de testemunha do seu julgamento perante aquelle tribunal que não se corrompe com dinheiro de fazendeiros, nem com o empenho de cortezãos».

Rio, Fevereiro de 1921.

D. PEDRO II E A ABOLIÇÃO

II

Depois de ter mandado ao prelo as notas intituladas D. Pedro e a abolição, atrás reproduzidas, encontrei, lendo exemplares antigos do «Diario Official», um documento que, de modo decisivo, demonstra, que estão na verdade os que dizem ter sido o abolicionismo imperial mera historia para iludir a Europa.

E' sabido que o governo, ao receber a mensagem da junta emancipadôra francesa, festinosamente, por intermedio do Ministro dos Extrangeiros, Martim Francisco, a ela respondeu, prometendo tomar a peito a resolução do problema de extinguir a escravatura, logo que o pais se livrasse da crise que atravessava, a guerra com o Paraguai.

A resposta, que é bastante elevada, foi redigida pelo imperadôr, e, segundo nos conta Joaquim Nabuco, no arquivo de seu pae, se encontra o original, escrito pelo proprio punho de D. Pedro. (Um Estadista do Imperio. V. II, Pag. 394).

Lendo-se, desprevenidamente, a referida resposta, tem-se a impressão que o imperadôr alimentou esperan-

ças de procurar solução para o problema, focalizado pela mensagem, a qual, no dizer de Joaquim Nabuco, «foi o ponto de partida de tudo». (Minha formação. Pag. 26).

Mas, diversos factos patenteiam a insinceridade do imperial escrito, e, parece, era justo o Conselheiro Furtado, quando, em seu discurso, no Senado, aos 18 de setembro de 1867, depois de lêr um trecho da resposta, disse: «Esta carta fôra um simples acto de fanfarrice abolicionista ou a vaidade á cata de louvores, si não trouxesse perigos ou desar de não ser comprida a promessa». (O Conselheiro Francisco José Furtado, por Tito Franco de Almeida. Pag. 474).

Guardou o trôno grande reserva relativa ao facto, e não se fizeram comunicações á imprensa, nem ao parlamento.

Tal sigilo, a proposito de assunto de tão magna importancia, já, de certo modo, denotava intenção de não cumprir o prometido.

Em Paris, onde o imperadôr era bem afamado, ninguem podia suspeitar que se tratasse de simples mistificação, e a carta foi recebida com jubilo, publicada no *Journal des Debats* e amplamente divulgada pelos abolicionistas, os quaes, confiados na palavra de D. Pedro II, se reuniram, sob a presidencia de Broglie, em fraternal convite, memorativo da proxima redenção dos negros, nas terras do Brasil.

Não possuiu o governo meios de impedir que o pôvo, em nosso pais, tivesse conhecimento de taes festas e, de torna viagem, circulou a noticia da carta imperial

ou, pelo menos, divulgou-se que a corôa havia prometido algo fazer em prol da libertação dos cativos.

Com surprêsa de toda a gente bem intencionada, o trôno, em vez de assumir plena responsabilidade da carta firmada por Martim Francisco e escrita pelo proprio monarca, o que aconteceria si se tratasse de proposito honestamente formulado, negou tivesse feito qualquer promessa aos abolicionistas.

Do «Diario Official» de 4 de abril de 1867, copio:

«Le-se num artigo publicado no «*Jornal do Commercio*» de 11 do mez proximo passado, sob a epigraphe *questão importante,* o seguinte periodo:

«Não ha muito que foi dado á publicidade um documento emanado do governo imperial, em que o Sr. Ministro dos negocios extrangeiros, respondendo, em nome do Imperadôr, a uma mensagem que lhe fôra dirigida por uma associação extrangeira, affiançava a essa associação, que uma das medidas a tomar, *terminada que fosse a guerra em que o paiz se acha empenhado com a republica do Paraguay, era relativa a magna questão do elemento civil*».

«Não é exacto que o ministro dos negocios extrangeiros houvesse enunciado a asserção que lhe attribue o referido artigo, e, pois, os rumores e boatos que correm em virtude dessa e doutras iguaes publicações, sobre a emancipação dos escravos, caracem de fundamento.

. . . . . .

«Assim, o governo não disse que, acabada a guerra, tomaria immediatamente medidas para extinguir a escra-

dão: o documento emanado da secretaria dos negocios extrangeiros desfaz cabalmente tal inferencia.

O que o governo disse foi que a emancipação dos escravos no Brasil é questão *de fórma e de opportunidade.*

Dizer menos do que isso, em resposta á carta da associação estrangeira, fôra retrogradar á doutrina de Aristoteles, hoje derrocada pela luz do evangelho e da philosophia, sobre a legitimidade da escravidão em face do direito natural.

Dizer mais, importará uma usurpação das prerogativas das camaras, as quaes, e não ao executivo compete decretar o tempo e a fórma da extincção da escravatura».

O que se acaba de lêr, publicação oficial, talvez redigida pelo mesmo punho que escreveu a resposta á Junta emancipadôra, parece-me, faz vêr, até aos miópes, que era o abolicionismo do chefe de Estado pura ostentação, em cata de louvores estrangeiros.

No artigo do «Diario Official», do qual copiei longo pedaço, transcreve-se, literalmente, a carta de Martim Francisco, mas em francês, lingua que os nossos fazendeiros, em regra, não sabiam. Ha, na carta imperial, trechos como este, verdadeiramente insofismaveis:

«L'emancipation des esclaves, consequence necessaire de la abollition de la traite, n'est plus qu'une question de forme et d'opportunité.

Lorsque les circonstances pennibles dans lasquelles se trouve le pays le permettront, le governement brasilien considerara comme une objecte de premiere impor-

tance la realisation de ce que l'esprit du christianisme reclame depuis longtemps du monde civilisé».

E' o artigo de 4 de abril de 1867 documento bifronte, que retrata a carreira sempre mistilinea do ex imperadôr.

Os membros da «Junta emancipadôra», que acaso apanhassem o «Diario Official», entenderiam apenas o trecho em francês; os nossos fazendeiros apreciariam a parte em português e assim ficaria o Sr. D. Pedro considerado, pelos francêses, como chefe dos abolicionistas e pelos nossos fazendeiros, como esteio dos escravocratas.

O que parece positivo é que os sentimentos do governo, então, relativamente aos escravos, eram os mesmos que tres lustros antes, haviam feito que uma autoridade da Alfandega do Rio, confiscasse a primeira edição, em lingua portuguesa, do celebre romance abolicionista de Harriet Stowe, «A cabana do Pae Thomas», livro que, apesar de hoje parecer mediocre, produziu, no tempo da escravatura, profundas comoções nas almas regulares e muito influiu no animo dos nossos propagandistas, bastando lembrar que Joaquim Nabuco o leu mil vezes, segundo nos conta na «Minha Formação», a paginas 215. Eram os mesmos pendores abolicionistas que levaram o chefe de policia da Côrte, Dr. Tito de Mattos, a impedir que Paula Ney, realisasse, num Teatro da Cidade, anunciada conferencia, em prol da redenção; eram os mesmos sentimentos que fizeram que o governo dimitisse Alminio Affonso de um logar de fazenda, por haver aceitado a incumbencia de represen-

tar a Libertadôra Cearense», numa solenidade abolicionista.

Daria materia para longo escrito a enumeração de actos de perseguição de abolicionistas, actos da corôa, provenientes dos varios ministerios.

Menciono alguns que, ao acaso, me caem do bico da pena.

Theodurêto Souto, presidente do Amazônas, foi dimitido do seu cargo, por ser declaradamente entusiasta da abolição.

Tambem foi exonerado da missão de presidente do Ceará, Satyro Dias, em cujo governo sobremodo se desenvolveu a idéa libertadôra.

Na vigencia do gabinete de 24 de Maio, o mesmo que dimitiu os presidentes das provincias que tomaram a vanguarda na divina cruzada, o chefe de policia da Côrte, entre outras medidas escravagistas, negou licença para que se instalasse, na fraguezia do Espirito Santo, uma *quermesse,* em favôr da libertação.

Em 1884, quando aqui esteve o jangadeiro abolicionista, Francisco do Nascimento, o governo procurou impedir que os alunos da Escola Militar comparecessem ao seu desembarque, ordenando exercicios extraordinarios que deviam durar até á tarde.

Dias depois, recebeu o denodado cearense convite para visitar a Escola de Tiro de Campo Grande, comandada pelo Tenente Coronel Sênna Madureira, oficial briôso, culto e de grande civismo, como patentearam muitos actos de sua vida, principalmente o papel decidido que tomou na chamada *questão militar.*

Realizada a visita, toda a Escola recebeu o jangadeiro festivamente, o que fez fosse o comandante censurado pelo governo, e, tendo reagido, de maneira digna, á censura, foi dimitido.

Sofreu igual censura o director do Museu Nacional,, pelo mesmo motivo, isto é, por ter recebido com solenidade o intrepito abolicionista.

Em 1885, Frederico Borges, membro da magistratura, não poude continuar a exercer o cargo de promotor publico, de uma cidade do norte, por ser fervoroso apostolo da redenção dos negros.

Em suma, dos factos apontados, concluo, convencidamente, que o Sr. D. Pedro II não foi abolicionista, antes, nem depois de receber a mensagem dos francêses; não foi antes nem depois de ultimada a abolição.

A menor parcela de ideaes libertadôres, si acaso existisse no coração de D. Pedro, faria que ele não permanecesse indiferente á abolição no Ceará, como permaneceu, segundo prova a fala do trôno do ano seguinte, te, que nem aludiu ao movimento belissimo que deu ao estado nortista logar de preeminencia em nossa historia, e fez que Patrocinio lhe conferisse o titulo significativo de *terra da luz*.

Si a um chefe de Estado, cuja corôa possuiu escravos até 1871, que não favoreceu a abolição, que permitiu fossem os abolicionistas perseguidos, concedermos o nome de libertadôr, que titulo daremos a um Simão Bolivar que, embora vivendo em tempo e meio relativamente atrazados, forrou todos os seus escravos, que eram em numero superior a oitocentos?

Nas mensagens da Corôa nada se encontra de positivo que denuncie amôr á causa redentôra. Uma vez, por outra, quando o governo se sentiu premido pela opinião, nacional ou estrangeira, escreveu na fala do trôno algumas frases de sentido vago, que podiam ser tomadas por abolicionistas ou por escravagistas, consoante com os sentimentos de quem as lêsse. Copiemos algumas palavras imperiaes e sejam as da fala do trôno de 1885, ano seguinte ao em que se realizou a abolição no no Ceará:

> «A extincção gradual da escravidão, assumpto especial da sessão extraordinaria, deve continuar a merecer-vos a maior solicitude.
>
> Essa questão que se prende aos mais altos interesses do Brazil, exige uma solução que tranquilise a lavoura.

Qual seria a solução capaz de tranquilizar a lavoura? Que se entenderia por extincção gradual?

E assim, sem se definir de modo claro, foram todas as manifestações abolicionistas do imperadôr decaido.

Vejamos, como contraste, um exemplo de proceder de outro homem, colocado em situação oficial menos eminente, do que a em que se encontrava o Sr. D. Pedro II, e que viveu em tempo e em meio pouco propicios ao desenvolvimento de idéas filantropicas.

Bolivar, em julho de 1821, numa mensagem formulada em termos categoricos solicitou do Congresso va-

rias medidas em favôr dos escravos, e, si mal que não conseguisse, no momento, tudo o que desejava, logrou obter o decreto no qual se declararam livres todos os que, dali em deante, nascessem de mãe escrava. No mesmo decreto, ha outras disposições em favôr dos cativos.

Da mensagem a que aludo, copio este trecho que, a meu vêr, põe a descoberto a bondade e a singeleza de um dos mais nobres corações, formados nas plagas americanas:

«Peço-vos, tão fervorosamente, por amôr do meu pais, como vo-lo pediria por amôr dos meus filhos, não consintaes que o clima, que a côr, que o credo, sejam causa de distinção entre os subditos da republica».

Tenho como liquido que si dependesse de D. Pedro II, não se teria feito a abolição, nas condições em que ela se realizou.

Aliás, ele proprio o disse, segundo nos informa a autoridade insuspeita do Sr. Tobias Monteiro. Nas «Pesquisas e Depoimentos», a paginas 158, vê-se que o imperadôr, referindo-se á abolição, já consumada, em momento de desanimo, no dizer do Sr. Tobias, ou em instante de sinceridade, segundo outros, pronunciou esta frase, que serve de fecho a presente nota: «se estivesse aqui talvez não se tivesse feito o que se fez».

Rio, 13 de maio de 1921.

Pedro A. Pinto.

NOTA

Num belissimo livro nacional, *A Conquista,* de Coelho Netto, póde lêr-se, em fórma de romance, a noticia dos trabalhos sobreumanos de nossos abolicionistas e das perseguições que sofreram, até mesmo sob os olhos do Imperadôr. Na propria cidade da Côrte, elementos policiaes planizaram e tentaram executar o assassinio de abolicionistas notaveis.

Quintino Bocayuva, quando fazia uma conferencia, no *Politeama,* teria sido morto pelo capoeira Benjamin, si não interviesse Coelho Netto, que logrou subjugar o agressôr.

Ainda mesmo a outras luzes, que não o do estudo da abolição e do prazer artistico, tira-se proveito da leitura do livro a que aludi.

Propala-se, por exemplo, que, no tempo do Sr. Pedro II, era cousa seria o estudo das Belas Artes, em nossa Escola.

O autor da *Conquista,* muito competente no assunto, e contemporaneo, assim se manifesta, pela boca de um de seus personagens:

«...por emquanto temos apenas vaidosos que entendem tanto de pintura como eu entendo o grego. Agora, já que ferimos este ponto, vamos á verdade: tambem não temos Escola. Aquillo que ha ali, na travessa das Bellas-Artes, é um asylo de mentecaptos. O governo, querendo proteger uns tantos homens, nomeou-os para as diferentes cadeiras...» (Conquista. Pag. 276 — Ed. 2ª).

Relativamente á aptidão estética e scientifica do Sr. D. Pedro II, diz, irreverente, um dos personagens da Conquista: «Que era um velho mentecapto que vivia a quebrar versos e a espiar os astros para fingir de poéta e de sabio. Neto de Marco Aurelio... Neto de D. João VI, o suino, isso sim...

«Pois havemos de viver sempre no ultimo plano, e porque? porque temos um rei de burla. Está enganado: ou acaba com a escravidão, realisando a vontade do pôvo, ou vae passear; não precisamos de figura de proa na náu do Estado». (Pag. 380).

P. A. P.

010787

Dr. PEDRO A. PINTO
Professôr Catedratico na Faculdade de Medicina do Rio

O Sr. D. Pedro II

(Breve apreciação historica)

RIO DE JANEIRO
Typ. Revista dos Tribunaes — Carmo, 55
1921

Dr. PEDRO A. PINTO
Professôr Catedratico na Faculdade de Medicina do Rio

O Sr. D. Pedro II

(Breve apreciação historica)

RIO DE JANEIRO
Typ. Revista dos Tribunaes — Carmo, 55
1921

Ao meu prezado colega
João Marinho
Affectuosamente
J. P. A. Pinto
10-1-921

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

O Sr. Pedro II

Em sessão de 31-12-920 propos o Sr. Director fosse nomeada uma comissão para representar a Faculdade nos funeraes do ex imperador.

Tentei justificar o meu voto com as seguintes palavras, que são impressas, visto como nem todas poderam ser pronunciadas. Creio que não interessa divulgar o motivo porque não me foi dado pronunciar o meu breve discurso, honestamente estudado e meditado.

Rio, 1-1-921.

Pedro A. Pinto

Sr. Dr. Director

Deve o animo liberal de V. S. tolerar que eu quebre a unanimidade e vote contra a proposta que acaba de ser feita. Motivos enraizados na consciencia obrigam-me a assim proceder e, como satisfação que dou aos meus colegas, passo a justificar o meu voto.

Creio que ha exageração nos elogios que se fazem hoje ao Sr. Pedro de Alcantara, como exageração houve quando, até 89, era ele duramente ridicularizado. Querem sublima-lo hoje á altura de estadista, comparam-no com tipos eminentes, com a mesma injustiça que, em oitenta e tantos, era pintado, por Angelo Agostini, com o feitio de um môno coroado.

O estudo relativamente longo que fiz da historia do segundo reinado, deu-me a convicção de que o maior elogio que se pode fazer ao 2º imperadôr, é chama-lo de mediocre; mediocre como homem publico, mediocre como homem na vida intima, mediocre no tocante ás cousas de estetica, mediocre no que tange a concepções scientificas: Note-se que, a meu vêr, em tal julgamento,

ha excêsso de benevolencia. O ser sempre facil e agradavel louvar o passado, *laudator temporis acti*, faz que sejam atribuidos ao imperadôr actos que não praticou, sentimentos que não teve, e isso, casado com o espirito de oposição ao governo, existente em nossa terra, leva grande massa de cidadãos a exaltar a honestidade administrativa do imperio, deprimindo, implicita ou explicitamente, a administração republicana.

Não é azado o momento para larga demonstração. Mas, em livro, no qual ando a trabalhar, demonstrarei que todos os vicios e defeitos, apontados na administração publica, existiam no segundo imperio e que quasi todos, sinão todos, tinham a mesma raiz — a escravidão. Taes vicios, em que pese a opinião dos sebastianistas, têm diminuido consideravelmente e tendem a desaparecer, á medida que surge a nova geração que não têve a infelicidade de presenciar as scenas do cativeiro.

Os meios de publicidade, hoje muito aumentados, concorrem para a divulgação de factos em aparencia graves, mas desprovidos de importancia, si convenientemente examinados. Imaginemos que barulho não se faria hoje si se desse caso semelhante ao do contrabando das *popelines*.

O severo professôr de historia, Joaquim Manoel de Macêdo, em mais de um livro, como nas «Memorias do sobrinho do meu tio», em tom ironico, porém na essencia verdadeiro, nos mostra o que foi a decantada administração publica, como se elegiam os deputados, como se alcançavam os cargos de governadôres das provincias, como se votavam verbas estapafurdias no Congresso, como se faziam os celebres concursos, tão gabados hoje, chegando-se a citar, como exemplo de probidade imperial, a nomeação de um adversario da corôa, para certo logar que, de acôrdo com a justiça, seria de um amigo do trôno. No referente a concursos, a julgar pela nossa Escola, foi grande o progresso realizado. Compendiarei provas que mostrem que o imperador

rador intervinha desabusadamente, ora em favor de candidatos do paço, ora contra seus desafectos.

Hoje, o mais prestigiado presidente da Republica não tem força que chegue para modificar o julgamento de concurso em nossa Escola. Sei que muita gente pessimista propala que aqui votamos segundo os desejos do governo. Mas, já me foi dado julgar varios concursos e o fiz com absoluta liberdade e tenho motivos para crêr que de modo igual procedam todos os meus colegas.

— Fui, na meninice, entusiasta do Sr. D. Pedro II, entusiasmo ardorôso que conservei enquanto li apenas as obras onde se dizia que era ele justo, sabio, patriota, cavalheiro, liberal...

Quando, aprofundando estudos, tive de lêr trabalhos diferentes daqueles que, antes de publicados, eram lidos nos serões de S. Cristovam, quando tive de lêr anaes do parlamento, falas do trôno, correspondencias, notas diplomaticas, documentos, em suma, que não podiam ser alterados ao sabôr dos interessados, adquiri convicção oposta á que trazia da puericia.

Tive noticia, por exemplo, lendo as correspondencias, das umilhações que sofreu o nosso patricio encarregado de obter, na Europa, a mão de uma princeza para o imperadôr e vi como foi mal julgado o seu sacrificio. Corrido das côrtes europeas, quasi escurraçado da austriaca, onde sofreu mil vexames, logrou, a custa de muita habilidade, negociar a mão de uma princêza de Bourbon, berço de Napoles, D. Tereza Cristina Maria.

Não teve o Sr. Pedro II o cavalheirismo bastante para ocúltar a decepção que lhe causou o ser fisicamente defeituosa a imperatriz e manifestou o seu aborrecimento na mesma hora em que a infeliz princêza pisava a terra de nossa patria. A leitura de obras insuspeitas, como, por exemplo, a autobiografia de C. Ottoni, mostra que ao imperadôr não foi dado compreender que a grandeza moral de sua Espôza, farta e sobejamente compensava o não ser ela tipo de beleza e ser alcijada.

Dos que ora me ouvem, muitos foram contempora-

neos e sabem que o monarca não ligava importancia de nenhuma ordem á sua augusta consorte. Si fosse de mistér provas, bastava a leitura de uma pagina do Sr. Affonso Celso, onde este repete a palestra que teve com o recêm viuvo, quasi na hora em que acabava de expirar a companheira de meio seculo de vida. Passo para aqui as palavras que recopio do *Imperadôr no Exilio*, pags. 23 e 24, edição da Livraria Alves: «Então, com estranha vivacidade, poz-se a fallar da litteratura, revelando a proposito do poema florentino, rara e vasta erudição»... «E, mudando de assumpto discorreu sobre varias materias, enumerando as curiosidades do Porto, indicando-nos o que de preferencia deveriamos visitar. Não alludiu uma unica vez á Imperatriz. Só quando, ao cabo de meia hora, nos retiravamos, observou baixinho: A camara mortuaria é aqui ao lado».

Será preciso dizer mais para provar que tal homem não tinha coração e que ligava á Imperatriz menos importancia que qualquer de nós liga a um simples conhecido de rua?

Morta, ao lado, uma santa e meiga companheira de 46 anos de vida, e o imperadôr, como sempre, frivolamente, discursava de cousas pequenas, campava de erudito e de esteta, num momento em que qualquer homem de coração comum, embora pedante, não teria desejos de pedantear e curtiria a mais acerba dôr.

Não comporta esta simples declaração de voto desenvolvimento e demonstrações de enunciados.

Em ocasião mais propicia, espero patentear, a quem desconhecer, que foi o Sr. Pedro II homem incapaz de afectos duradoiros e verdadeiros, e que, muitas vezes, procurou desconsiderar os vultos mais notaveis de nossa politica, como Antonio Carlos, Theophilo Ottoni, Paraná e outros.

No dia em que o Marquês de Paraná, que tão grandes serviços prestou ao monarca, jazia numa eça mortuaria, Pedro II assistiu a um espectaculo festivo no teatro Li i o

Imprevidente e septico, num paiz oficialmente catolico e onde toda a massa femina praticava esse culto tiranica e impoliticamente arrastou ao calabouço dois membros eminentes da Igreja, sem perceber que golpéava fundo e forte a liberdade espiritual e a consciencia da nação, ou, pelo menos, da parte feminina, a mais digna de acatamento. Ainda mesmo que o imperante não tivesse cometido outros erros, graves e serios, a só prisão dos bispos bastava e sobrava para provar a sua carencia de tacto politico e a falta de compreensão da independencia e do respeito que deve haver entre o podér témporal e o espiritual.

Tão aspero com o elemento pacifico, quanto timido, para não usar de termo mais conveniente, com os detentores da força material.

Assassinado Apulco de Castro, em pleno dia, sob as vistas da policia, toda a nossa população vibrou indignada e, ansiosa, esperou o castigo dos criminosos. Eram apontados como assassinos officiaes do exercito, do 1º e do 10º batalhões de infantaria e do 1º de cavalaria. Com surpreza de todos, em vez de promover pronta e energica punição de homens que haviam maculado as paginas da nossa historia com um assassinio fria e cruelmente planejado e executado, fez o imperadôr uma visita á oficialidade do 1º regimento de cavalaria, onde se demorou em longa palestra com os seus oficiaes. No parlamento ouviu-se a voz de protesto de Andrade Figueira. Copio dos «Annaes» da Camara, os seguintes topicos do insuspeito «varão de Plutarco»:

"O Sr. Andrade Figueira — ... sinistro acontecimento de 25 de outubro, em que um cidadão procurou a policia para protegel-o e a vida, e, em vez da protecção que buscava, achou unicamente a recommendação do ministro da guerra e do gabinete — "Evite conflicto com o exercito".

"... S. M. foi visitar o regimento de cavallaria no dia seguinte áquelle em que os seus officiaes assassinaram um cidadão na rua e em frente da secretaria da policia.

"... ao mesmo tempo que o governo não teve a precisa

energia para proteger a vida do cidadão, ao mesmo tempo que não teve a energia necessaria para fazer respeitar as suas ordens pela officialidade do exercito brasileiro, elle trahiu a corôa, deixando atirar, no dia seguinte áquelle em que se commetteu esse grande attentado, a honra da mesma corôa aos pés da sedição militar.

"O ministerio trahiu a corôa permittindo que ella praticasse semelhante acto, que desdourou a dignidade nacional.

"O Sr. Prisco Paraiso (ministro da justiça). — A corôa é livre em suas acções.

"O Sr. Andrade Figueira — A corôa não tem a liberdade de vilipendiar a dignidade nacional, e o ministerio devia oppor-se e retirar-se, caso a corôa insistisse em praticar um acto que a desdourava.

"A corôa não devia visitar o regimento no dia seguinte áquelle em que os officiaes desse regimento tinham assassinado um cidadão em uma das ruas mais publicas do Rio de Janeiro, na rua em que se acham os tribunaes da justiça, e um cidadão que tinha ido procurar o apoio da policia.

"E' perfeitamente constitucional atacar esses actos desregrados de um governo que não pesou a sua diguidade, que arrastou-a na lama, deixando praticar um acto tal.

Em tempo e em logar adequados, tratarei da suposta magnanimidade do imperadôr, de seu espirito caridôso, de sua proteção ás artes e de sua dedicação á causa publica.

Não creio que um homem que possuia o celebre «livro negro» fosse dotado da menor dose de bondade. Discutirei, entretanto, esse assunto, em melhor ocasião.

Sabem todos os que se dedicam ao estudo da historia patria, que o imperadôr não consentiu que se desse resposta, ao pedido de paz, formulado por Lopez, após a batalha de 24 de Maio. Não se impressionou com as opiniões dos dois maiores generaes brasileiros do tempo — Caxias e Osorio. Consultados, respondeu o primeiro — «a inimigo que pede paz dá-se uma ponte de ouro», e o seguudo «o dia mais feliz de minha vida será aquele em que eu souber que as nações queimam os arsenaes, numa festa de confraternização» (Ciro de memoria). Ameaçou o imperadôr de abdicar e a guerra teve de proseguir, para só terminar com o assassinio de Lopez.

E' crivel que um homem, já não digo magnanimo, mas medianamente bom, fizesse questão de destruir um pôvo para matar um seu semelhante? Note se que eu, nesta hora, lanço sobre os ombros deD. Pedro sómente a culpa de não ter permitido a paz, porque verifico que, a tal respeito, não ha opiniões divergentes. Em meu livro, irei mais longe e demonstrarei que si houvesse no coração do monarca um pouco de amôr, ter-se-ia evitado a fratricida luta, proveniente do desejo que teve o imperadôr de ser arbitro da politica sul americana.

No dizer de João Ribeiro «o 2º reinado tratou de rehaver criminosamente a tradicção já esquecida no 1º, da supremacia militar e politica nos pequenos estados do Prata». Muita gente, pouco instruida no assunto, acredita que era o nosso papel bem visto pelo mundo, quando, ao contrario, eramos totalmente mal vistos. Vão aqui citadas palavras do catedratico de historia no Ginasio Nacional. «Essa teve um echo universal, e durante toda a guerra do Paraguay, onde julgavamos representar a civilização, entretanto, toda a civilização e o mundo todo só tinham sympathias pelos nossos inimigos». (João Ribeiro. Historia do Brasil. 5ª edição. Pags. 508). Com um chefe de governo levemente amador de seu proximo, ter-se-ia evitado o derramamento de tanto sangue, a pêrda de tanta vida preciosa e não se teriam coligados as tres mais prosperas nações da America do Sul para destruir o pequeno e heroico Paraguay.

Provas outras, multiplas e insofismaveis, da aridez do coração do monarca decaido, encontramos no exame da questão dos escravos.

Sempre qua a raça perseguida, ingenuamente, quiz abrigar-se sob o manto imperial, ai não encontrou corpo onde batesse um coração vivo, e teve a impressão de encostar-se numa estatua de marmore. O aniquilamento da escravidão, em todas as suas fazes, da abolição do trafico á lei de 13 de Maio, é obra exclusiva de nosso pôvo, com algum auxilio estrangeiro, notadamente dos inglêses que, na extincção do trafico, tiveram de intervir com os seus navios, os quaes fizeram cruzeiros em nossas

costas. Não houve colaboração dos imperantes que, ao contrario, pozeram toda a sorte de obstaculos á humanitaria e sacrosantissima cruzada. Ha, entre os que me ouvem, homens que assistiram á campanha da abolição e que, além de conhecerem-na, como testemunhas preenciaes que foram, conhecem-na de amplos estudos. Pois, desafio que me citem factos que demonstrem a colaboração de Pedro II na obra de redenção da raça negra.

Depois que a Junta emancipadôra francêsa lisongeou a vaidade do monarca e pediu o seu apoio á causa dos cativos, o imperadôr ambicionou para si o titulo de abolicionista e, uma vez por outra, consagrou ao assunto algumas palavras, como estas que veem na «Fala do trôno» de 1871: «Considerações de maior importancia aconselham que a reforma sobre o estado servil não continue a ser uma aspiração nacional indefinida e incerta». Ora, o chefe do governo nem sequer acompanhava o movimento abolicionista. Do contrario não diria «aspiração indefinida e incerta». Em 1825 surgiu um programa definido de abolição e desde essa data, abolir a escravidão foi uma declarada e nitida aspiração nacional, que se satisfez em 13 de Maio.

Mas, ainda mesmo que o imperadôr, habituado, como retorico que era, a formular pensamentos que não eram seus e sentimentos que não tinha, houvesse mandado ao Congresso outras mensagens relativas ao elemento servil, e, depois de 70 falasse muito em abolição, é facto positivo que ele sempre amparou os escravagistas e até procurou empregar a força publica no mistér de prender escravos fugidos e que, dentro de seus recursos, procurou impedir que a abolição se consumasse. E' sabido que a corôa influia na Camara muito mais do que pode influir hoje um presidente recêm empossado. Si Pedro II mostrasse desejos nitidos que a abolição se fizesse, ou, pelo menos, se não se manifestasse completamente contrario a ela, não teriamos nós a infelicidade de ter escravos, quando já se abriam as portas do seculo 20.

Fosse o imperadôr apenas indiferente á campanha,

e muito mais cêdo teria raiado o mais glorioso de todos os dias de nossa historia, o em que se declarou extinta a escravidão.

Não examinarei, por agora, a falada proteção que o monarca concedia ás artes. Sou dos que crêm que as artes dispensam a proteção de governos. Arte oficialmente protejida, é arte comprimida, é artista subordinado. Facilitasse o governo o ressurto da plena liberdade, material e espiritual, não creasse obstaculos á execução de projectos liberaes, como o da extinção do cativeiro, da instituição do casamento civil, secularização de cemiterios, liberdade de cultos, liberdade de ensino, etc..., que a civilização por aqui se estenderia e, como consequencia, desenvolver-se-iam todas as artes, belas e praticas, encarregando-se os particulares de auxiliar os artistas dignos do nome.

Dizem que era o imperadôr muito esmolér, o que, meu vêr, não é titulo de benemerencia para um chefe de estado. Para os proprios particulares, em muitas circumstancias, é antes máu titulo que bom. E' de mistér que a esmola seja subministrada consoante as posses de quem a dá e destribuida com um caridôso criterio de escôlha. Dada a tôrto e a direito será antes nociva que util e, em muito caso, alimentará a ociosidade, com prejuizo da nação, que se priva de trabalhadôres.

Dou-me com um cidadão que se formou em direito, a custa do imperadôr e sei que ha muitissimos outros que dele receberam igual favôr. Pode isso, quando muito, constituir motivo para que os privilegiados e beneficiados sejam agradecidos a D. Pedro. E' liquido, porém, que não constitue para o monarca titulo que lhe assegure o direito á gratidão geral.

Teve sempre o imperadôr, no governo, o concurso leal e inteligente de uma pleiade de homens valorosos e dedicados. Mas, ainda assim, devido ás suas ruins qualidades hereditarias, á infelicidade de ter sido criado sem mãe, e de não ter recebido, por condições peculiares de seu coração, o influxo benefico e indispensavel de

uma espôza, deu mofino cidadão, fez governo mau e a causa publica andou como barco sem véla e sem lême, á mercê dos ventos e das marés. O pouco progresso que fizemos, deve ser atribuido ao espirito do tempo, á iniciativa particular, que logrou vencer a pressão imperial. Compare-se o que se fez em todo o 2º reinado, com os progressos de outros povos do mesmo tempo e ha de vêr-se que quasi não caminhamos. Coteje-se todo o progresso do 2º reinado com o que tem feito a Republica e ha de vêr-se que o saldo, em favôr desta, é muito avultado.

Mas, é cêdo para que se julgue definitivamente o monarca; ainda vivem cidadãos que foram por ele beneficiados, como vivem outros que foram asperamente perseguidos.

O que acabo de dizer, como tanta cousa que por ai se diz, embora tenha a fórma de julgamento, não passa de alegação e citação de factos e a posteridade, que não se engana e se não guia por louvôres ou por invectivas, fará a devida justiça.

Serão recolhidos e pesados todos os depoimentos e se me afigura que os juizes futuros tomarão em grande conta o testemunho do proprio monarca que, quasi na hora da morte, deu á historia a impressão, em sintese, de seu longo reinado: «Levei meio seculo a carregar maus governos», foram as suas ultimas palavras.

Nota. Na forma do costume, o Snr. Director cumpriu o seu devêr e, não obstante discordar do oradôr, procurou assegurar-lhe o direito de se manifestar.

JM

010752